



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**1ª Vice-Presidência**

PRAÇA DA REPÚBLICA, S/N - SANTO ANTÔNIO - 2º andar - Recife - PE  
CEP: 50010-040- fone: (81) 3419-3215

**Agravo Regimental no Recurso Especial no Processo nº 307180-7**

**Agravante:** Sul América Companhia Nacional de Seguros S.A.

**Agravados:** Gilmar Fernandes Oliveira Santos e outros

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. JUÍZO NEGATIVO DE ADMISSIBILIDADE COM FUNDAMENTO NO ART. 543-C, § 7º, I DO CPC. SFH. SEGURO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 633/2013. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. INTERESSE. INOCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DO COMPROMETIMENTO DO FCVS. PRESENÇA DE DOCUMENTOS QUE COMPROVARIAM O REFERIDO COMPROMETIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Por não restar demonstrado o comprometimento do FCVS, com risco concreto de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice (FESA), não há como defender o interesse jurídico da Caixa Econômica Federal em ingressar na presente demanda;

2. A edição da Medida Provisória nº 633/13 não retirou a exigência de que seja comprovada a afetação das reservas do FCVS/FESA, pois, somente assim, restaria evidenciado o risco ou impacto jurídico ou econômico, apto a demonstrar o interesse jurídico da Caixa Econômica Federal em intervir no feito;

3. Em sede de Recurso Especial, é vedado analisar a presença de documentos que supostamente comprovariam a afetação do FCVS, posto ser impossível o reexame de provas, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça;



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**1ª Vice-Presidência**

PRAÇA DA REPÚBLICA, S/N - SANTO ANTÔNIO -, 2º andar - Recife - PE  
CEP: 50010-040- fone: (81) 3419-3215

4. Tratando-se de processo relativo a seguro habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação-SFH, à míngua de demonstração do comprometimento do FCVS, correta a subsunção da hipótese tratada nos autos, ao julgamento afetado à sistemática dos recursos repetitivos proferido pelo Superior Tribunal de Justiça;
5. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao Agravo Regimental no Recurso Especial.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo Regimental no Recurso Especial nº 307.180-7, em que figuram como partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores componentes da Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, negar provimento ao Agravo, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife,

de

de .

  
**Des. Leopoldo de Arruda Raposo**  
**1º Vice-Presidente**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**1ª Vice-Presidência**

PRAÇA DA REPÚBLICA, S/N - SANTO ANTÔNIO -, 2º andar - Recife - PE  
CEP: 50010-040- fone: (81) 3419-3215

1233  
RGL

**Agravo Regimental no Recurso Especial no Processo nº 307180-7**  
**Agravante:** Sul América Companhia Nacional de Seguros S.A.  
**Agravados:** Gilmar Fernandes Oliveira Santos e outros

**RELATÓRIO**

Trata-se de Agravo Regimental no Recurso Especial interposto pela Sul América Companhia Nacional de Seguros S/A contra decisão que em juízo de admissibilidade implicou negativa de seguimento à insurgência especial, com espeque no art. 543-C, § 7º, I do Código de Processo Civil.

Em suas razões (fls. 1186/1198), a parte agravante entende que a edição da Medida Provisória nº 633, de 26 de dezembro de 2013, impõe a intervenção da Caixa Econômica Federal como litisconsorte necessária em todos os processos que envolvam o SH/SFH.

Sustenta ser desprovido comprovar a afetação das reservas do FESA/FCVS para demonstrar o interesse da instituição financeira no feito. Logo, ao inadmitir a intervenção da CEF e não declinar da competência jurisdicional em prol da Justiça Federal, a decisão colegiada teria violado os arts. 1º e 1º-A da Lei nº 12.409/11.

Lado outro, mesmo que fosse necessário comprovar a afetação das reservas do FESA/FCVS, entende que há elementos nos autos que permitem inferir o interesse jurídico da Caixa, oportunidade na qual relaciona alguns documentos que subsidiariam a sua pretensão.

Defende a tese de que o julgamento do recurso repetitivo sobre o tema foi equivocado, eis que impossível demonstrar a afetação do FCVS antes de findo o processo, devendo apenas aferir o interesse jurídico da Caixa através da presença das apólices públicas, do ramo 66. Assim, verificada a natureza pública das apólices, o FCVS sempre será afetado, não sendo possível contestar o interesse jurídico da CEF.

Por fim, caso não seja exercido o juízo de retratação, pleiteia que o Agravo Regimental seja submetido à Corte Especial, a



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**1ª Vice-Presidência**

PRAÇA DA REPÚBLICA, S/N - SANTO ANTÔNIO -, 2º andar - Recife - PE  
CEP: 50010-040- fone: (81) 3419-3215

fim de reconhecer a incompetência da Justiça Estadual ou destrancar o processamento do Recurso Especial, remetendo-o ao Superior Tribunal de Justiça.

É o relatório,

Recife,

de

de .

**Des. Leopoldo de Arruda Raposo**  
**1º Vice-Presidente**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**1ª Vice-Presidência**

PRAÇA DA REPÚBLICA, S/N - SANTO ANTÔNIO -, 2º andar - Recife - PE  
CEP: 50010-040- fone: (81) 3419-3215

3236 Agl

**Agravo Regimental no Recurso Especial no Processo nº 307180-7**  
**Agravante:** Sul América Companhia Nacional de Seguros S.A.  
**Agravados:** Gilmar Fernandes Oliveira Santos e outros

**VOTO**

Visa a recorrente, através do presente Agravo Regimental no Recurso Especial, obter a reforma da decisão que ao aplicar o art. 543-C, § 7º, I do Código de Processo Civil negou seguimento ao apelo especial.

Examinando detidamente o teor da peça recursal, entendo que os argumentos esposados não são hábeis a modificar o *decisum* atacado.

A Medida Provisória nº 633, de 26 de dezembro de 2013, incluiu o art. 1º-A e §§ na Lei nº 12.409/11, senão vejamos:

**Art. 1º-A.** Compete à Caixa Econômica Federal - CEF representar judicial e extrajudicialmente os interesses do FCVS.  
(Incluído pela Medida Provisória nº 633, de 2013)

**§ 1º** A CEF intervirá, em face do interesse jurídico, nas ações judiciais que representem risco ou impacto jurídico ou econômico ao FCVS ou às suas subcontas, na forma definida pelo Conselho Curador do FCVS.  
(Incluído pela Medida Provisória nº 633, de 2013)

**§ 2º** Para fins do disposto no § 1º, deve ser considerada a totalidade das ações com fundamento em idêntica questão de direito que possam repercutir no FCVS ou em suas subcontas. (Incluído pela Medida Provisória nº 633, de 2013)

De outra parte, a decisão colegiada assentou que (fl. 1.061):

Todavia, não há nos autos prova suficiente do comprometimento do FCVS, consoante assentado no já referido julgado paradigma que pôs fim às dúvidas suscitadas nos referidos processos envolvendo seguro habitacional vinculado ao FCVS.

1237 Agl



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**1ª Vice-Presidência**

PRAÇA DA REPÚBLICA, S/N - SANTO ANTÔNIO -, 2º andar - Recife - PE  
CEP: 50010-040- fone: (81) 3419-3215

Do cotejo da decisão proferida pelo Órgão Fracionário deste Tribunal com o texto incluído pela Medida Provisória nº 633/2013, constata-se que a nova redação não possui o condão de alterar o conteúdo da decisão recorrida.

Por não restar comprovado o comprometimento do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), com risco concreto de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice (FESA), não há como defender o interesse jurídico da Caixa Econômica Federal em ingressar na presente demanda.

Saliente-se que a edição da Medida Provisória não retirou a exigência de demonstrar a afetação das reservas do FCVS/FESA, pois somente assim restaria evidenciado o risco ou impacto jurídico ou econômico, nos termos da novel redação.

Assim, deve-se aplicar a orientação constante nos Recursos Especiais nº 1.091.363/SC e 1.091.393/SC, afetados à sistemática dos recursos repetitivos. Ou seja, deve-se considerar indispensável a comprovação do mencionado comprometimento.

Com efeito, apenas haverá risco de afetação ao FCVS na hipótese de os prêmios recebidos pelas seguradoras e a reserva técnica do FESA serem insuficientes para o adimplemento da indenização securitária, situação que, dada a sua excepcionalidade, deve ser concretamente demonstrada pela Caixa Econômica Federal, sendo frágil a assertiva da impossibilidade dessa comprovação.

De mais a mais, a agravante relaciona uma série de documentos que supostamente demonstrariam a afetação das reservas do FCVS/ FESA.

Entretanto, é incabível, na via especial, imiscuir-se na seara probatória para confrontar a conclusão a que alcançou o Órgão Fracionário desta Corte, sob pena de afrontar a Súmula nº 07 do STJ, que assim dispõe: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

Desta forma, tratando-se de hipótese relativa à seguro habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação-SFH, à



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

***1ª Vice-Presidência***

PRAÇA DA REPÚBLICA, S/N - SANTO ANTÔNIO -, 2º andar - Recife - PE  
CEP: 50010-040- fone: (81) 3419-3215

míngua de comprovação do risco de comprometimento do FCVS, a Vice-Presidência agiu correto em subsumir o caso dos autos, ao julgamento afetado à sistemática dos recursos repetitivos proferido pelo Superior Tribunal de Justiça.

Por ser relevante, transcrevo a ementa do julgamento afetado à sistemática do recurso repetitivo:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SFH. SEGURO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. INTERESSE. INTERVENÇÃO. LIMITES E CONDIÇÕES. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC.

1. Nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional – SFH, a Caixa Econômica Federal – CEF – detém interesse jurídico para ingressar na lide como assistente simples somente nos contratos celebrados de 02.12.1988 a 29.12.2009 – período compreendido entre as edições da Lei nº 7.682/88 e da MP nº 478/09 – e nas hipóteses em que o instrumento estiver vinculado ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS (apólices públicas, ramo 66).

2. Ainda que compreendido no mencionado lapso temporal, ausente a vinculação do contrato ao FCVS (apólices privadas, ramo 68), a CEF carece de interesse jurídico a justificar sua intervenção na lide.

3. O ingresso da CEF na lide somente será possível a partir do momento em que a instituição financeira provar documentalmente o seu interesse jurídico, mediante demonstração não apenas da existência de apólice pública, mas também do comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice – FESA, colhendo o processo no estado em que este se encontrar no instante em que houver a efetiva



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**1ª Vice-Presidência**

PRAÇA DA REPÚBLICA, S/N - SANTO ANTÔNIO -, 2º andar - Recife - PE  
CEP: 50010-040- fone: (81) 3419-3215

1239  
ASL

**comprovação desse interesse, sem anulação de nenhum ato anterior.**

4. Evidenciada desídia ou conveniência na demonstração tardia do seu interesse jurídico de intervir na lide como assistente, não poderá a CEF se beneficiar da faculdade prevista no art. 55, I, do CPC.

5. Na hipótese específica dos autos, tendo sido reconhecida a ausência de vinculação dos contratos de seguro ao FCVS, inexistente interesse jurídico da CEF para integrar a lide.

6. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem efeitos infringentes.

(STJ - EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.091.363 - SC. Rel. p/ acórdão: MINISTRA NANCY ANDRIGHI, Segunda Seção, 14/12/2012). Grifei.

Logo, não há que se falar em declinação da competência em prol da Justiça Federal, nem admissão do Recurso Especial.

Diante de tais considerações, voto pelo desprovimento do Agravo Regimental no Recurso Especial.

Recife,      de      de      .

**Des. Leopoldo de Arruda Raposo**  
**1º Vice-Presidente**